



COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA, REGIMENTO, ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS E LEGISLATIVOS.

## RELATÓRIO DE EXERCÍCIO – BIÊNIO 2023/2025

**Setor Informante:** Comissão de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos.

**MACRODESAFIO:** Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.

A Comissão Permanente de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos(COJ) está prevista no artigo 51 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, competindo-lhe opinar e votar sobre todos os assuntos relativos à Organização Judiciária e aos serviços auxiliares da Justiça de primeiro e segundo grau, submetendo textos ao Tribunal Pleno após a aprovação de seus membros; propor alterações de ordem legislativa ou de atos normativos do próprio Poder Judiciário; realizar o controle e o acompanhamento de projetos encaminhados à Assembleia Legislativa; emitir parecer sobre proposta de alteração do Regimento Interno e manter atualizado seu texto, de acordo com as alterações decorrentes de emendas.

A composição da referida Comissão para o biênio 2023/2025 foi definida através da Portaria nº 603/2023-GP, de 8 de fevereiro de 2023, sob a Presidência do Exmo. Sr. Desembargador Roberto Gonçalves de Moura, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, contando em sua composição com o Exmo. Sr. Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior, Corregedor-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça; o Exmo. Sr. Desembargador Amilcar Roberto Bezerra Guimarães e o Exmo. Sr. Desembargador Pedro Pinheiro Sotero, além dos servidores Thaisa Carepa Castro, Secretária, Orlando Cerdeira Bordallo Neto, Kátia Maria Franco Bastos e Camila Pinheiro Cunha dos Santos.



No ano de 2023, foram realizadas nove reuniões ordinárias e duas reuniões extraordinárias pela COJ, possibilitando a análise de propostas de atos normativos encaminhados por diversos setores do TJPA.

Após a apreciação da Comissão, 1 (uma) proposta foi julgada prejudicada, 1 (uma) foi arquivada e as demais propostas foram encaminhadas ao Tribunal Pleno do TJPA para aprovação, dando origem a 14 (quatorze) Resoluções, 5 (cinco) Emendas Regimentais e 4 (quatro) Anteprojetos de Lei, conforme demonstrativo a seguir:

- **Resolução nº 3, de 5 de abril de 2023** - Determina que seja adotado, em caráter permanente, o "Juízo 100% Digital" no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará (PJPA), nos termos da Resolução nº 345, de 9 de outubro de 2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); (Relator Des. Luiz Gonzaga da Costa Neto)
- **Resolução nº. 4, de 5 de abril de 2023**– Regulamenta a remuneração de conciliadores(as) e mediadores(as) judiciais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará; (Relator Des. Luiz Gonzaga da Costa Neto)
- **Resolução nº. 5, de 5 de abril de 2023**- Dispõe sobre o cadastramento, atuação, afastamento e exclusão das Câmaras Privadas de Conciliação e Mediação, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará; (Relator Des. Luiz Gonzaga da Costa Neto)
- **Resolução nº. 6, de 5 de abril de 2023**- Determina o retorno às atividades presenciais a todos(as) os(as) integrantes do Poder Judiciário do Estado do Pará (PJPA), ratificando os termos da Portaria nº 3229/2022-GP, de 29 de agosto de 2022; altera o texto do art. 4º da Resolução nº 21, de 23 de novembro de 2022, que regulamentou o cumprimento digital de ato processual e de ordem judicial no âmbito do PJPA; e dá outras providências; (Relator Des. Amílcar Roberto Bezerra Guimarães)
- **Resolução nº. 7, de 5 de abril de 2023**- Altera a Resolução nº 17, de 8 de setembro de 2021, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), que regulamenta as condições especiais de trabalho para magistrados(as) e servidores(as) com deficiência, necessidades especiais, doença grave ou que sejam pais, mães ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição, no



âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará; (Relator: Des. Pedro Pinheiro Sotero)

▪ **Resolução nº. 8, de 12 de abril de 2023** - Altera a denominação da 13ª Vara Criminal de Belém, prevista na Resolução nº 26, de 26 de novembro de 2014, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), para Vara de Crimes Contra o Consumidor e a Ordem Tributária, e delimita suas competências; (Relator Des. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior)

▪ **Resolução nº. 9, de 12 de abril de 2023**- Altera a Resolução nº 21, de 23 de novembro de 2022, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), que regulamenta o cumprimento digital de ato processual e de ordem judicial no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará, de acordo com o disposto na Resolução nº 354, de 19 de novembro de 2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); (Relator Des. Amilcar Roberto Bezerra Guimarães)

▪ **Resolução nº. 10, de 12 de abril de 2023**- Institui a Política de Equidade e Diversidade no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará; (Relator: Des. Pedro Pinheiro Sotero)

▪ **Resolução nº. 11, de 10 de maio de 2023** - Consolida as disposições sobre a localização das sedes e jurisdição das Varas Agrárias do Estado do Pará; (Relator Des. Amilcar Roberto Bezerra Guimarães)

▪ **Resolução nº. 13, de 16 de agosto de 2023** - Altera e acrescenta dispositivos à Resolução nº 16, de 1º de junho de 2016, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), que regulamenta o serviço de Plantão Judiciário do Poder Judiciário do Estado do Pará em 1º e 2º graus; (Relator Des. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior)

▪ **Resolução nº. 14, de 8 de novembro** - Altera a Resolução nº 17, de 8 de setembro de 2021, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), que regulamenta as condições especiais de trabalho para magistrados(as) e servidores(as) com deficiência, necessidades especiais, doença grave ou que sejam pais, mães ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará; (Relator Des. Pedro Pinheiro Sotero)

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page.



- **Resolução nº. 15, de 8 de novembro de 2024** - Redefine as competências e altera as denominações das unidades judiciárias da Comarca de Conceição do Araguaia; (Relator Des. Pedro Pinheiro Sotero)
- **Resolução nº. 16, de 22 de novembro de 2023** - Dispõe sobre a instalação da Vara de Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Altamira; (Relator Des. Amilcar Roberto Bezerra Guimarães)
- **Resolução nº. 17, de 13 de dezembro de 2023** - Regulamenta a licença pelo exercício cumulativo de jurisdição, prevista na Lei Estadual nº 10.196, de 27 de novembro de 2023; (Relator Des. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior)
- **Emenda Regimental nº. 29, de 17 de maio de 2023**- Revoga os incisos I e II e os §§ 2º e 3º do art. 111 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. (Relator Des. Amilcar Roberto Bezerra Guimarães)
- **Emenda Regimental nº. 30, de 16 de agosto de 2023** - Altera o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará para adequá-lo às disposições sobre sustentação oral de advogados, incluídas na Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), pela Lei nº. 14.365, de 2 de junho de 2022; (Relator Des. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior)
- **Emenda Regimental nº. 31, de 16 de agosto de 2023**- Altera a redação do inciso IV do art. 30, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. (Relator Des. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior)
- **Emenda Regimental nº. 32, de 20 de setembro de 2023**- Altera o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará para atualizar a nomenclatura da Corregedoria-Geral de Justiça (CGJ), e dá outras providências. (Relator Des. Luiz Gonzaga da Costa Neto)
- **Emenda Regimental nº. 33, de 11 de outubro de 2023**- Altera o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará para adequá-lo às disposições contidas na Resolução nº 135, de 13 de julho de 2011, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a uniformização de normas relativas ao procedimento administrativo disciplinar aplicável aos magistrados. (Relator Des. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior)



- **Anteprojeto de Lei** - Dispõe sobre os emolumentos dos serviços notariais e de registro e fixa os valores devidos pelos atos praticados no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará – Lei nº. 10.257, de 11 de dezembro de 2023. (Relator Des. Amilcar Roberto Bezerra Guimarães)
- **Anteprojeto de Lei** - Dispõe sobre o exercício cumulativo de jurisdição pelos magistrados de 1º e 2º graus do Poder Judiciário do Estado do Pará – Lei 10.196, de 27 de novembro de 2023. (Relator Des. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior)
- **Anteprojeto de Lei** - Dispõe sobre a instituição do Prêmio de Desempenho e Inovação no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará – Lei nº 10.300, de 18 de dezembro de 2023. (Relator Des. Luiz Gonzaga da Costa Neto)
- **Anteprojeto de Lei** - Dispõe sobre a criação de 3 (três) Turmas Recursais Permanentes dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – Lei nº 10.195, de 27 de novembro de 2023. (Relator Des. Amilcar Roberto Bezerra Guimarães)

**No ano de 2024**, foram realizadas 12 (doze) reuniões ordinárias e 1 (uma) extraordinária pela COJ, possibilitando a análise de propostas de atos normativos encaminhados por diversos setores do TJPA.

Após a apreciação da Comissão, os referidos normativos foram encaminhados ao Tribunal Pleno do TJPA para aprovação, dando origem a 13 (treze) Resoluções, 3 (três) Emendas Regimentais, 7 (sete) Anteprojetos de Lei, 3 (três) Anteprojetos de Lei Complementar e 1 (uma) Emenda à Constituição do Estado do Pará, conforme demonstrativo a seguir:

- **Resolução nº 1, de 28 de fevereiro de 2024** - Altera as denominações e especifica as competências da 5ª e da 6ª Varas Cíveis e Empresariais da Comarca de Santarém; (Relator Des. Amilcar Roberto Bezerra Guimarães)
- **Resolução nº. 2, de 28 de fevereiro de 2024**– Dispõe sobre a redefinição de competência e transformação da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Belém na 4ª Vara de Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Belém, e a renomeação da 4ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Belém; (Relator Des. Amilcar Roberto Bezerra Guimarães)



- **Resolução nº. 3, de 27 de março de 2024** - Altera o texto da Resolução nº 3, de 3 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre a instituição da sistemática da Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará; (Relator Des. Luiz Gonzaga da Costa Neto)
- **Resolução nº. 4, de 27 de março de 2024** - Altera o texto da Resolução nº 16, de 1º de junho de 2016, que regulamenta o serviço de plantão judiciário do Poder Judiciário do Estado do Pará, em 1º e 2º graus, para adequar o prazo de divulgação da lista com os nomes dos(as) plantonistas aos termos da Resolução nº 72, de 31 de março de 2009, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).; (Relator Des. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior)
- **Resolução nº. 5, de 3 de abril de 2024**- Autoriza a abertura de concurso público de provas e títulos para o preenchimento de 30 (trinta) cargos de Juiz de Direito Substituto do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e formação de cadastro de reserva; (Relator Des. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior)
- **Resolução nº. 6, de 8 de maio de 2024** - Institui o Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará para o período 2024 a 2026 e dá outras providências; (Relator Des. Pedro Pinheiro Sotero)
- **Resolução nº. 7, de 3 de junho de 2024** - Altera a Resolução nº 3, de 21 de fevereiro de 2018, que institui e regulamenta o NAT-JUS, Núcleo de Apoio Técnico do Judiciário; (Relator Des. Amilcar Roberto Bezerra Guimarães)
- **Resolução nº. 8, de 3 de julho de 2024** - Institui o Programa de Preparação à Aposentadoria – PPA e de Valorização de Magistrados(as) e Servidores(as) aposentados(as) no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Estado do Pará; (Relator Des. Amilcar Roberto Bezerra Guimarães)
- **Resolução nº. 9, de 3 de julho de 2024** - Dispõe sobre a transformação da Vara do Juizado Especial Cível de Acidentes de Trânsito da Comarca de Belém em 3ª Vara do Juizado da Fazenda Pública da Comarca de Belém, com a redefinição de competência; (Relator Des. Amilcar Roberto Bezerra Guimarães)
- **Resolução nº. 10, de 17 de julho de 2024**—Altera a Resolução nº 4, de 19 de junho de 2019, que regulamenta a remoção de servidores do Poder



Judiciário do Estado do Pará e dá outras providências; (Relator Des. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior)

- **Resolução nº. 11, de 17 de julho de 2024** - Institui a Política de Sucessão de Cargos do Poder Judiciário do Estado do Pará; (Des. Pedro Pinheiro Sotero)
- **Resolução nº. 12, de 17 de julho de 2024**—Define a 13ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Belém como órgão centralizador de execuções no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará, nos termos da Lei Federal n. 14.193, de 6 de agosto de 2021; (Relator Des. Pedro Pinheiro Sotero)
- **Resolução nº. 13, de 30 de outubro de 2024** - Altera a Resolução nº 18, de 14 de setembro de 2022, que dispõe sobre o índice de Carência de Varas do Poder Judiciário do Estado do Pará; (Relator Des. Pedro Pinheiro Sotero)
- **Emenda Regimental nº. 34, de 28 de fevereiro de 2024** - Altera o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará para dispor sobre a possibilidade de permanência do(a) Presidente, do(a) Vice-Presidente, do(a) Corregedor(a)-Geral de Justiça e dos(as) membros(as) do Conselho de Magistratura no exercício dos cargos quando em viagem oficial. (Relator Des. Luiz Gonzaga da Costa Neto)
- **Emenda Regimental nº. 35, de 17 de julho de 2024** - Altera o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará para especificar a competência das Turmas de Direito Privado e de Direito Penal para julgar recursos interpostos contra decisões que deferem ou indeferem as medidas protetivas previstas na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. (Relator Des. Luiz Gonzaga da Costa Neto)
- **Emenda Regimental nº. 36, de 31 de julho de 2024** - Alterar o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará para incluir previsões específicas atribuídas pelo Conselho Nacional de Justiça à competência das Corregedorias Gerais de Justiça. (Relator Des. Luiz Gonzaga da Costa Neto)
- **Anteprojeto de Lei** - Dispõe sobre os serviços extrajudiciais notariais e de registro no Estado do Pará – Lei 10.539, de 20 de maio de 2024; (Relator Des. Pedro Pinheiro Sotero)
- **Anteprojeto de Lei** - Dispõe sobre a reorganização dos serviços notariais e de registro, a desacumulação e a criação de serviços e serventias extrajudiciais



no Estado do Pará – Lei 10.538, de 20 de maio de 2024; (Relator Des. Pedro Pinheiro Sotero)

▪ **Anteprojeto de Lei** - Dispõe sobre a criação da Coordenadoria de Gestão Sustentável do Poder Judiciário do Estado do Pará – Lei 10.626, de 25 de junho de 2024; (Relator Des. Luiz Gonzaga da Costa Neto)

▪ **Anteprojeto de Lei** - Dispõe sobre a alteração da estrutura de organização funcional da Corregedoria-Geral de Justiça do Poder Judiciário do Estado do Pará – Lei 10.676, de 28 de agosto de 2024; (Relator Des. Luiz Gonzaga da Costa Neto)

▪ **Anteprojeto de Lei** - que dispõe sobre alteração, expansão, reorganização funcional de renomeação da Secretaria de Informática do Tribunal de Justiça do Estado do Pará; – Lei nº 10.852, de 31 de janeiro de 2025; (Relator Des. Amilcar Roberto Bezerra Guimarães)

▪ **Anteprojeto de lei** que institui o novo Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração dos servidores do PJPA – Lei 10.803, de 10 de dezembro de 2024; (Relator Des. Luiz Gonzaga da Costa Neto)

▪ **Anteprojeto de lei** que altera a Lei Estadual nº 10.257, de 11 de dezembro de 2023, que dispõe sobre os emolumentos dos serviços notariais e de registro e fixa os valores devidos pelos atos praticados no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará. (Relator Des. Amilcar Roberto Bezerra Guimarães)

▪ **Anteprojeto de lei Complementar** - que cria cargos de Desembargador na estrutura funcional do Poder Judiciário do Estado do Pará, altera o caput do art. 17 da Lei Estadual nº 5.008, de 10 de dezembro de 1981, para fixar o número de Desembargadores que compõem o Tribunal de Justiça, na forma do art. 155 da Constituição do Estado do Pará, e dá outras providências; (Relator Des. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior) – Lei Complementar nº 184, de 31 de janeiro de 2025;

▪ **Anteprojeto de Lei Complementar** - que altera a redação do caput e dos §§ 1º, 2º e 3º do art. 189, do Código Judiciário do Estado – Lei Complementar nº 180, de 5 de novembro de 2024; (Relator Des. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior)

▪ **Anteprojeto de Lei Complementar** – que dispõe sobre a elevação à terceira entrância das comarcas de Ananindeua, Marabá e Santarém – Lei





Complementar nº 179, de 24 de outubro de 2024; (Relator Des. Pedro Pinheiro Sotero); e

▪ **Emenda à Constituição do Estado do Pará** que altera o art. 155 da Constituição do Estado do Pará, que trata da composição do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – nº 92, de 15 de outubro de 2024. (Relator Des. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior)

**No ano de 2025**, foi realizada 1 (uma) reunião ordinária pela COJ, possibilitando a análise das seguintes propostas que foram encaminhadas à Presidência:

- **TJPA-PRO-2024/03799** - Proposta de Resolução que altera a Resolução nº 9, de 30 de maio de 2018, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, que dispõe sobre o processo de ascensão ao Tribunal de Justiça e de movimentação de juízes(as) na carreira da magistratura, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará;
- **TJPA-EXT-2023/03879** - Pedido de criação de Câmara Especializada para julgamento dos recursos nas ações possessórias de imóveis rurais coletivos, bem como julgamento de crimes conexos com conflitos no campo, decorrentes dos conflitos e questões agrárias;
- **TJPA-PRO-2024/04615** – Proposta de Resolução que instituiu o Regimento Interno das Turmas Recursais dos Juizados Especiais do Estado do Pará;
- **TJPA-PRO-2025/00354** - Proposta de resolução que dispõe sobre o julgamento de processos em ambiente eletrônico no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará, por meio da ferramenta Plenário Virtual;
- **TJPA-PRO-2025/00336** - Proposta de alteração da Resolução nº 14, de 11 de agosto de 2021, que regulamenta a publicação dos atos através do Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN), no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará;
- **TJPA-PRO-2021/01023** - Proposta de Anteprojeto de Lei para regulamentar a utilização dos termos “cartório” e “cartório extrajudicial”;



- **TJPA-PRO-2024/04678** - Proposta de Anteprojeto de Lei que altera a Lei Estadual nº 10.539, de 20 de maio de 2024 que dispõe sobre os serviços extrajudiciais notariais e de registro no Estado do Pará; e
- **TJPA-PRO-2024/04570** - Proposta de Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a elevação à segunda entrância da comarca de Mocajuba no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará.

Belém, 31 de janeiro de 2025.

  
Thaisa Carepá Castro

Secretária da Comissão de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos  
Administrativos e Legislativos